



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO CAOP

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 2 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2475/2017

Interessado: SOS Caatinga

Assunto: Celebração de convênio de cooperação

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Termo de Cooperação Técnica entre o Instituto de Desenvolvimento Esportivo e Social do Sertão Alagoano – SOS Caatinga e o Ministério Público do Estado de Alagoas. Ausência de implicações orçamentárias. Preenchimento dos demais pressupostos legais. Aplicação do art. 116 da Lei nº 8.666/93. Pelo deferimento, encaminhe-se ao Setor de Contratos para as providências cabíveis."

Proc: 68/2018.

Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Aprovo a inclusão do objetivo estratégico "Aprimorar a Atuação da Corregedoria Geral", no Plano Estratégico Institucional 2011-2022, nos termos do expediente de fls. 3/5. Evoluam os autos à Asplage.

Proc: 932/2018.

Interessado: Secretaria Geral/Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional.

Proc: 955/2018.

Interessado: AL Providência.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 962/2018.

Interessado: Polícia Federal - Superintendência Regional em Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para proceder o registro da referência elogiosa nos assentamentos funcionais da servidora Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo Oliveira. Cientifique-se. Em seguida, archive-se.

Proc: 983/2018.

Interessado: Polícia Federal - Superintendência Regional em Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1001/2018.

Interessado: Conselho Regional de Administração de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Comissão instaurada pela Portaria PGJ nº 417/2017.

Proc. Administrativo (Pecatório) nº 0000082-78.2015.8.02.0000

Interessado: Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica.

Proc: 02.2018.00001448-6.

Interessado: CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL/ALAGOAS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 2 de abril de 2018.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ N° 150, DE 2 DE ABRIL DE 2018

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. JOMAR AMORIM DE MORAES, 2º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções, pela 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, durante as férias da Promotora de Justiça titular, referentes ao mês de abril do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ N° 151, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar para compor a Comissão para elaborar a proposta de revisão dos subsídios dos cargos de provimento em comissão do Ministério Público do Estado de Alagoas, os seguintes servidores:

- ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA – Consultora-Jurídica Administrativa, Presidente;

- PRISCILLA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA – Diretora da Controladoria Interna;

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL N° 01, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, no uso de suas atribuições legais, nos termos estabelecidos no subitem 15.13, do Edital n° 01/2018, referente ao concurso público para o Ministério Público do Estado de Alagoas, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1. No preâmbulo, ONDE SE LÊ:

(...) Concurso Público destinado ao provimento de 12 (doze) vagas para os cargos de Analista do Ministério Público, de Nível Superior (...)

LEIA-SE:

(...) Concurso Público destinado ao provimento de 12 (doze) vagas para os cargos de Nível Superior (...)

- CID DE CERQUEIRA CALHEIROS – Chefe de Gabinete da 7ª Procuradoria de Justiça Cível; e

- VICTOR HUGO LESSA PIERRE – Analista do MP – Área Gestão Pública.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ N° 152, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. LOUISE MARIA TEIXEIRA DA SILVA, Promotora de Justiça de Olho D'Água das Flores, para atuar, sem prejuízo de suas atuais funções, conjunta ou separadamente, com o Promotor de Justiça titular, na 41ª Promotoria de Justiça da Capital, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ n° 55, de 31 de janeiro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ N° 153, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. BRUNO DE SOUZA MARTINS BAPTISTA, Promotor de Justiça de Boca da Mata, de 1ª entrância, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções, pela 50ª Promotoria de Justiça da Capital, durante as férias do Promotor de Justiça titular, referentes ao mês de abril do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

2. No item 1, Das disposições preliminares, subitem 1.1,

ONDE SE LÊ:

(...) visa ao preenchimento de 12 (doze) vagas para os cargos de Analista do Ministério Público, de Nível Superior (...)

LEIA-SE:

(...) visa ao preenchimento de 12 (doze) vagas para os cargos de Nível Superior (...)

3. No item 2, Do concurso, subitem 2.1,

ONDE SE LÊ:

2.1 Os candidatos aos cargos de Analista do Ministério Público (...)

LEIA-SE:

2.1 Os candidatos aos cargos de Nível Superior (...)

4. No item 3, Dos cargos, quadro de vagas,

ONDE SE LÊ:

NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO							
Requisitos de escolaridade				Valor da taxa de inscrição			
Conforme o Anexo II (requisitos e atribuições dos cargos)				R\$ 100,00			
QUADRO DE VAGAS							
Cargo	Área	Remuneração, Carga Horária e Vagas para o Cargo					
		Vencimento Básico	Carga Horária Semanal de Trabalho	Ampla Concorrência	Candidatos com Deficiência	Candidatos Negros	Total de Vagas

Analista do Ministério Público	Administrador de Rede	R\$ 4.492,01	40 h	01			01+CR
	Comunicação Social			01			01+CR
	Área Jurídica			02	01	01	04+CR
	Desenvolvimento de Sistemas			01			01+CR
	Administração/Gestão Pública			01			01+CR
	Assistente Social			01			01+CR
	Administrador de Banco de dados			CR			CR
	Auditor do MP			01			01+CR
	Contador do MP			CR			CR
	Engenheiro Civil			01			01+CR
	Psicólogo			01			01+CR
	Biblioteconomista			01			CR
	Total				11	01	01

LEIA-SE:

NÍVEL SUPERIOR							
Requisitos de escolaridade				Valor da taxa de inscrição			
Conforme o Anexo II (requisitos e atribuições dos cargos)				R\$ 100,00			
QUADRO DE VAGAS							
Cargo	Área	Remuneração, Carga Horária e Vagas para o Cargo					
		Vencimento Básico	Carga Horária Semanal de Trabalho	Ampla Concorrência	Candidatos com Deficiência	Candidatos Negros	Total de Vagas
Analista do Ministério Público	Administrador de Rede	R\$ 4.492,01	40 h	01			01+CR
	Comunicação Social			01			01+CR
	Área Jurídica			02	01	01	04+CR
	Desenvolvimento de Sistemas			01			01+CR
	Gestão Pública			01			01+CR
	Administrador de Banco de dados			CR			CR
Assistente Social	-			01			01+CR
Auditor do MP	-			01			01+CR
Contador do MP	-			CR			CR
Engenheiro Civil	-			01			01+CR
Psicólogo	-			01			01+CR
Biblioteconomista	-			CR			CR
Total				10	01	01	12

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados.
Maceió/AL, 28 de março de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2018

PROCESSO N° 3068/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 24/PGJ/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: D.P. DA SILVA JUNIOR ELÉTRICOS - EIRELI (CNPJ n° 27.261.038/0001-74)

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços, o fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição. DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações mínimas	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	LÂMPADA DE LED 7W – Formato: Bulbo; Corpo: Leitoso; Tensão de entrada: bivolt; Base: E27; Temperatura de cor: branca fria, 6500K aproximadamente.	Unidade	CTB	150	R\$ 10,66	R\$ 1.599,00
36	LÂMPADA DE LED 9W – Formato: Bulbo; Corpo: Leitoso; Tensão de entrada: bivolt; Base: E27; Temperatura de cor: branca fria, 6500K aproximadamente.	Unidade	CTB	250	R\$ 12,80	R\$ 3.200,00
38	LÂMPADA DE LED 20W – Formato: Bulbo; Corpo: Leitoso; Tensão de entrada: bivolt; Base: E27; Temperatura de cor: branca fria, 6500K aproximadamente.	Unidade	OL	30	R\$ 56,66	R\$ 1.699,80
39	LÂMPADA TUBULAR DE LED 10W – Tipo T8; Base: G13; Acabamento: tipo leitosa (translúcida); Comprimento: 60cm; Temperatura de cor: Branca fria, 5000K aproximadamente; Vida útil aproximada: 40.000 horas.	Unidade	ECROM	700	R\$ 18,64	R\$ 13.048,00
46	REATOR ELETRÔNICO 1x40W – De acordo com a norma NBR 5114; Indicado para lâmpada fluorescente tubular; Tensão de entrada 220V; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir Impresso na embalagem.	Unidade	DELTA	50	R\$ 18,00	R\$ 900,00
48	REATOR ELETRÔNICO 2x40W – De acordo com a norma NBR 5114; Indicado para lâmpada fluorescente tubular; Tensão de entrada 220V; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir Impresso na embalagem.	Unidade	DELTA	50	R\$ 28,00	R\$ 1.400,00
Preço Total da Ata						R\$ 21.846,80

VIGÊNCIA: A validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2018.

SIGNATÁRIOS: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício); Delfino Pedro da Silva Júnior (Representante legal do Fornecedor).

>>>>>>>> DISTRIBUIÇÃO PGJ <<<<<<<<<

AO(S) 02 DIA(S) DO MÊS DE ABRIL O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO PGJ, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 02.2018.0000160-18
Interessado: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ALAGOAS
Natureza: Não informado
Assunto: IRREGULARIDADES NO EDITAL DO CONCURSO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 02.2018.0000159-85
Interessado: MARCELA CARLA DA SILVA GUEDES
Natureza: Não informado
Assunto: REQUERENDO PROVIDENCIAS
Remetido para: Coordenadoria da Fazenda Pública Estadual

Proc. 02.2018.0000159-74
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
Natureza: Não informado
Assunto: PROCESSO TC- 2724/2009
Remetido para: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo

Proc. 02.2018.0000159-63
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
Natureza: Não informado
Assunto: PROCESSO TC - 4484/2010
Remetido para: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo

Proc. 02.2018.0000157-85
Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENEDO, CORURIBE, FELIZ DESERTO E PIAÇABUÇU
Natureza: Não informado
Assunto: SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA FINALIZAÇÃO DE DESTINO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Subprocuradoria-Geral Administrativa Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 2 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 833/2018
Interessado: Dra. Maria de Fátima de Carvalho Albuquerque Vilela – Promotora de Justiça.
Assunto: Concessão das férias.
Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 855/2018
Interessado: Dra. Alba Lúcia Torres de Oliveira – Promotora de Justiça.
Assunto: Concessão das férias.
Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 851/2018
Interessado: João Rodrigo Santos Ferreira – Biblioteconomista.
Assunto: Concessão das férias.
Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 861/2018
Interessado: Álvaro Bonato Sehnem – Analista desta PGJ.
Assunto: Req. licença para tratamento de saúde
Despacho: Acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Licença para tratamento de saúde. Apresentação de atestado médico. Ausência de legislação no âmbito Estadual e aplicação extensiva do art. 202 da Lei n° 8.112/90. Período

de licença igual ou inferior a 30 (trinta) dias. Orientação emitida pelo Estado de Alagoas através de sua Secretaria de Estado da Gestão Pública no sentido de que só serão realizadas perícias médicas nos servidores que solicitarem mais de 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. Pelo deferimento, sugerindo a remessa dos autos a Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis.”

Proc: 900/2018

Interessado: Dra. Alexandra Beurlen – Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicando entrada de férias.

Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as anotações de estilo.

Proc: 902/2018

Interessado: Dr. Wladimir Bessa da Cruz – Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicando entrada de férias.

Despacho: Ciente. À Diretoria de Pessoal, para as anotações de estilo.

Proc: 919/2018

Interessado: Dr. Robson Alcântara Falcão – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 928/2018

Interessado: Ana Cristina Foquevitz Ferreira – Analista desta PGJ.

Assunto: Concessão das férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 940/2018

Interessado: Fabrício Malta de Oliveira – Técnico desta PGJ.

Assunto: Adiamento das férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió,
2 de abril de 2018.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

PORTARIA SPGAI n° 222, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 603/2018, RESOLVE conceder em favor de MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS, Diretor de Tecnologia da Informação, portador do CPF n° 051.311.674-50, matrícula n° 8255079-4, 1 ½ (uma e meia) diárias, no valor de R\$ 438,48 (quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 25,07 (vinte e cinco reais e sete centavos), por cada diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 620,12 (seiscentos e vinte reais e doze centavos), em face do seu deslocamento às cidades de Boca da Mata, Anadia, Limoeiro de Anadia e Campo Alegre, no período entre 13 e 14 de março do corrente ano, para realizar a instalação e configurações de equipamentos de informática, tipo computadores e scanners, nas Promotorias de Justiça das comarcas mencionadas, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público/ Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339014 – Diárias, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

*Republicado

PORTARIA SPGAI n° 229, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Proc. 882/2018, RESOLVE deferir a promoção do servidor efetivo JACKSON COSTA DOS SANTOS, Técnico do Ministério Público, Símbolo PGJ-B, da Classe C, referência IV para a Classe B referência I.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

*Republicada

Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL n° 20 DE 27 DE MARÇO DE 2018

O VICE-DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ n° 03/12, resolve desligar do programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” o prestador de serviço voluntário DALBERT MESSIAS SANTOS FARIAS, lotado na Promotoria de Justiça de Traipu, com efeitos retroativos a 20/03/2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Promotor de Justiça
Vice-Diretor da ESMP-AL

Promotorias de Justiça

Notícia de Fato n° 01.2018.00000991-7.

Assunto: Segurança em Edificações

Interessada: Sociedade

RECOMENDAÇÃO 66ª PJC n° 02/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por meio da 66ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuições judiciais e extrajudiciais em sede de urbanismo, defesa dos patrimônios artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico do município de Maceió, podendo atuar perante qualquer juízo da Capital, com exceção das matérias de competência dos juizados especiais cíveis e criminais, localizada no Prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital, situado à Av. Jucá Sampaio, n° 540, sala 2, Barro Duro, Maceió/AL, CEP: 57045-365, no uso de suas atribuições,

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127 da Constituição da República;

Considerando os abalos, tremores, ocorridos na cidade de Maceió nas datas de 15 de fevereiro de 2018 e 03 de março do mesmo ano, fatos esses veiculados na imprensa local e nacional, de grande notoriedade na Capital do Estado de Alagoas;

Considerando que a Prefeitura Municipal de Maceió iniciou a apuração das causas desses abalos, entretanto, até o presente momento não chegou a uma conclusão;

Considerando a Audiência Pública realizada na data de hoje, 12 de março de 2018, na Câmara Municipal de Maceió, sob a Presidência do Vereador Silvio Camelo, para tratar das causas desses abalos;

Considerando que na Audiência Pública realizada na data de hoje, 12 de março de 2018, na Câmara Municipal de Maceió, não restou elucidado categoricamente os motivos dos tremores, em que pesem as explicações dos explanadores;

Considerando que em face dos argumentos acima ainda estamos no campo, tão somente, das hipóteses sobre as causas reais dos abalos;

Considerando que a Prefeitura Municipal de Maceió convidou o Serviço Geológico do Brasil, ou simplesmente CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), para avaliar as razões dos tremores;

Considerando que os tremores danificaram vias públicas e edificações privadas na cidade de Maceió, mormente no bairro Pinheiro, e

Considerando a necessidade de se conhecer as causas desses tremores e sua real extensão,

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente que se abstenha de expedir Alvarás de Execução de Obra para edificações privadas nas áreas onde estão situados os seguintes bairros cidade de Maceió: Pinheiro, Mutange e Bebedouro, até o efetivo conhecimento das causas reais desses tremores, e

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, por conta das atividades já desenvolvidas pela Secretária Adjunta Especial de Defesa Civil do Município de Maceió, que promova confecção de laudo técnico pelo Serviço Geológico do Brasil, SGB, CPRM, com o fito de analisar, apresentar e discutir as causas dos tremores ocorridos na cidade de Maceió nas datas acima, devendo este laudo ser encaminhado para 66ª Promotoria de Justiça da Capital no prazo de 30 dias.

Ademais, a 66ª Promotoria de Justiça da Capital noticia que está aguardando informações dos Excelentíssimos Senhores Secretários, em face dessa recomendação, no prazo de 10 dias.

Gabinete da 66ª PJC, Maceió, 12 de março de 2018.

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Promotor de Justiça Titular da 66ª Promotoria de Justiça da Capital



Sensibile edition

ILHA DO FERRO
Celso Brandão

ILHA DO FERRO | Celso Brandão
**Um lugar mágico,
sob o olhar fotográfico
de um grande artista**

 **IMPRESA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS